

# construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 4, 10 de julho a 12 de agosto de 2017



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

## Ataques aos servidores públicos colocam em risco o futuro do Brasil

Representantes de entidades de servidores públicos apontaram na audiência pública da Comissão Senado do Futuro (CSF), realizada em 6 de julho, que um conjunto de iniciativas para promover um “desmonte” do serviço público colocam em risco o futuro do país. Como exemplo, citaram a ampliação da terceirização, que poderia, na prática, acabar com o concurso público, e projetos que buscam acabar com a estabilidade dos servidores, além das restrições impostas ao orçamento público, que inviabiliza serviços essenciais, sem falar na reforma da Previdência Social que pode acabar com as aposentadorias e com a própria Previdência Pública.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (PMDB-DF), organizou esta Audiência Pública para debater a importância dos servidores públicos para o desenvolvimento do país (a íntegra da Audiência pode ser assistida em <http://bit.ly/2u4kf6E>). Na Mesa da reunião, estiveram também os senhores Oton Pereira Neves, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, Ely Maranhão Filho, Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Petrus Elesbão, Presidente do Sindilegis, Charles Alcântara, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco, representando a Pública - Central do Servidor, João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Pedro Egídio

A. Oliveira, Diretor Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINDIFISCO NACIONAL, e Paulo Roberto, Vice-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol-DF). Assista entrevista do Senador Hélio José sobre o tema em <http://bit.ly/2sZWnBJ>

Na abertura da reunião o senador Hélio José disse que “A profissionalização, o estabelecimento de regras claras para as carreiras e a definição de responsabilidades claras, têm feito do serviço público uma das mais relevantes áreas para o desenvolvimento social e econômico do país. Um serviço público de qualidade, executado por servidores qualificados e comprometidos com a cidadania e com o desenvolvimento, é condição essencial e insubstituível para que o Brasil caminhe à frente, reduza as desigualdades e se torne social e economicamente desenvolvido.”

E continuou seu discurso afirmando que “Ao contrário do que afirmam ideologias neoliberais, que têm interesses que jamais conseguem confessar, o Brasil não tem muitos funcionários e nem são eles um grupo de pessoas desinteressadas e cheias de privilégios. Há sim distorções que precisam ser corrigidas e superadas, que só a democracia, a elevação da consciência política e o respeito à participação da cidadania hão de consertar.” Para ele, “especialmente nos estados e nos municípios, os servidores são mal remunerados e não têm ainda as garantias necessárias para o cumprimento de suas funções.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Ao citar as iniciativas governamentais que estão ameaçando os servidores, o Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Ely Maranhão, afirmou que o ataque maior não é contra os servidores, mas contra a sociedade. Para ele, as prerrogativas dos servidores públicos têm objetivos democráticos e são uma barreira para impedir a influência negativa de quem tem interesses escusos.

— A quem interessa poder demitir um servidor com facilidade? O servidor estável tem um mestre apenas: a lei. Ele atende aos ditames democráticos. Isso é interesse da estabilidade da democracia brasileira, não só do servidor público — disse Maranhão.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Para o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, é o servidor público que materializa a ação do Estado, essencial para uma parcela da sociedade que não tem como solucionar seus problemas no mercado.

— O servidor público é quem materializa a ação do Estado. Não existe Estado sem servidor público do ponto de vista da sua eficácia. O Estado, sem servidor público, é uma mera abstração jurídica, um monte de prédios e cadeiras — explicou.

O Presidente da CSPB desatou a importância do debate

que a Comissão Senado do Futuro promove, especialmente por conta das ameaças que o país sofre com reformas que atingem os trabalhadores e restringem as opções para o futuro. Ao mesmo tempo, enfatizou a importância da ação política e legislativa dos senadores Hélio José (PMDB-DF) e Paulo Paim (PT-RS), “os únicos que abrem o Senado Federal para os trabalhadores”.

Com o neoliberalismo se implantou uma forma de gestão do Estado com referência no mercado, reduzindo a força das normas e das leis, isso é o que se quer retomar agora com essa agenda ultraliberal que retira direitos e garantias dos trabalhadores e atinge diretamente os setores sociais mais vulneráveis.

Há que se resistir e impedir a destruição do Estado e do servidor público que este governo quer promover, vaticinou.

Para o movimento dos trabalhadores a lei da terceirização é um ataque aos direitos mas também uma grande maldade contra todos os trabalhadores. Juntando a reforma trabalhista, a terceirização e o ataque à previdência social, o que se faz é retirar direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro dos patrões e para garantir o pagamento de juros para os banqueiros. O congelamento do orçamento nos próximos 20 anos vai ameaçar a educação, a saúde e a assistência social. O mais pobres pagarão a conta.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Pedro Egídio A. Oliveira, Diretor Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINDIFISCO NACIONAL, também enfatizou o caráter indispensável dos servidores públicos como agentes do Estado. Ao tratar especificamente dos Auditores Fiscais, mostrou a importância que têm na luta contra a corrupção, contra a sonegação, como também no controle alfandegário impedindo o contrabando e até o tráfico de drogas.

Ao tratar do chamado “rombo da previdência”, informou que pelo menos 1/3 do que se tem anunciado como rombo poderia ser pago só com as dívidas previdências formadas por grandes contribuintes que foram multados pelos auditores.

Para ele, a partir de 1990 a forma de organização do Estado com base na Constituição de 1988 criou uma geração de notáveis servidores públicos, formado por quadros de grande capacidade e escolhidos por concurso.





Foto: Roque de Sá/Agência Senado

A destruição das garantias e prerrogativas dos servidores irá acabar em esfacelamento do serviço público e fará com que os bons quadros profissionais deixem de se interessar em vir a participar de concursos públicos.

São os servidores aqueles que garantem os direitos sociais da população e o desenvolvimento nacional, segundo Pedro Egidio.

O vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), Paulo Roberto (foto abaixo), argumentou que, apesar de o servidor público ser sempre associado a um custo para a sociedade, muitas vezes seu trabalho diminui custos. Como exemplo citou os auditores da Receita, que coíbem a sonegação, e os policiais federais, que prendem contrabandistas e, conseqüentemente, evitando que impostos deixem de ser pagos; e os policiais civis, que atuam contra o furto e o roubo de veículos, o que pode diminuir os custos de seguros.

— Cada coisa que o servidor público faz, você pode nem perceber, mas tem um destino importante na redução de custos e na promoção de melhorias para a nossa sociedade. Quando você desvaloriza o servidor público, você está

Foto: Roque de Sá/Agência Senado



desvalorizando a sociedade porque o destinatário da nossa prestação de serviço é a população brasileira — afirmou Paulo Roberto.

Charles Alcântara (foto abaixo), presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco, representando a Pública - Central do Servidor, defendeu a manutenção do serviço público, de políticas públicas de bem estar social e destacou a vulnerabilidade do país frente a grave crise institucional que assola a vida nacional. “A única chance de haver democracia é pelo serviço público, que é solidário e universal. É preciso reverter a violência



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

empregada contra o povo brasileiro, contra a democracia e contra a soberania popular. As reformas da Previdência e Trabalhista são peças da engrenagem do desmonte do Estado, que trazem enormes prejuízos à sociedade, mas em especial ao serviço público”, alertou.

Segundo Alcântara, a agenda de retrocessos imposta pelo poder econômico, em trâmite no Congresso Nacional e a Emenda Constitucional 95, têm o objetivo estratégico de vulnerabilizar amplas camadas da população por meio do fragilização do Estado. “Que futuro há para o serviço público com a aprovação destas medidas?”, questionou.

Na oportunidade, o dirigente reforçou a necessidade de aperfeiçoar o serviço público e mobilizar esforços para frear propostas que preveem perdas irreparáveis para o país. “Atacar o serviço público e seus agentes é um crime contra a nação. Não há civilização, não há democracia sem serviço público”, justificou.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, Oton Pereira Neves, lembrou que, não se pode valorizar apenas os servidores de áreas que arrecadam. Áreas que “geram custo”, como a saúde, educação e programas sociais, por exemplo, são essenciais para a população e precisam dos servidores para funcionar.

Para ele não se deve diferenciar os servidores onde uns participariam de “carreiras típicas de Estado” e outros não. A garantia dos direitos sociais é papel típico do Estado, por isso os servidores que sustentam os direitos à educação e à saúde, por exemplo, são, ao seu entender, carreiras típicas de Estado, assim com vários outros segmentos do funcionalismo.

Segundo ele, estamos vivendo um Estado de exceção, está em curso um golpe de estado contra os trabalhadores. A Emenda Constitucional 95 é um crime, afirmou. Vai prejudicar em muito os servidores e a sociedade como um todo. Fazendo uma simulação sobre o que poderá acontecer, usando dados dos últimos anos, ele verificou que se a Emenda 95 tivesse sido aplicada em 2012, por exemplo, a educação teria perdido 377 bilhões de reais, com uma redução no investimento de 47%. Na saúde ter-se-ia perdido 295 bilhões! Isso significa um corte de 27%. É uma Emenda inédita na história das nações, um golpe contra o povo, para retirar dinheiro do povo para pagar juros aos banqueiros! Isso se completa com a terceirização, o fim da aposentadoria

e a extinção da previdência pública e a reforma trabalhista, que faz o país retroceder décadas.

Denunciou que o Sindicato dos Servidores está sofrendo perseguição forte nos últimos dias. Um dos diretores está em vias de ser demitido do Ministério da Educação. Ele próprio foi preso, dias atrás, porque estava fazendo discurso aos servidores!



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão, parabenizou o senador Hélio José pela iniciativa de chamar os servidores para debater de forma franca e aberta e sugeriu que o debate continue com outras categorias, da educação, da saúde e outras. Em geral os dirigentes não têm a percepção da importância dos servidores públicos.

Com relação à previdência, enfatizou, temos atuado bastante na CPI da Previdência, acreditamos que a CPI vai trazer luz à proposta, por isso estamos sempre presentes e divulgando tudo na base dos associados e incentivando outros sindicatos a fazerem o mesmo.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (PMDB-DF), afirmou que o servidor público está sendo usado como bode expiatório na questão da Previdência, já que várias reformas já alteraram as regras para a aposentadoria no serviço público. Os servidores que entraram no serviço público depois de 2013, lembrou, já vão receber pelo teto do INSS quando se aposentarem.

— Forçam-se contas errôneas que os atuários já demonstraram não ser verdadeiras para mostrar um déficit da Previdência inexistente e tentar, de uma forma perversa, incluir servidores públicos na reforma — acusou o senador.

No caso da terceirização, o senador Hélio José e outros senadores se manifestaram contra, inclusive diretamente ao presidente da República.